



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Outubro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em outubro de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americanano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [QIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	6
Equador	7
Guiana	10
Peru.....	11
Suriname	14
Venezuela	16
OTCA	16

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em outubro, a Bolívia foi palco de eleições presidenciais e da transição do poder de Luis Arce para de Rodrigo Paz, marcando o início de um governo centro-direitista no país. Antes das eleições, notícias sobre resultados de ações de prevenção de incêndios florestais tiveram destaque. O ministro do Meio Ambiente e Água do governo Arce, Álvaro Ruiz, ressaltou a redução no número de incêndios em comparação aos índices de 2024. Segundo dados oficiais, foram registrados 76 mil focos de calor no país andino em setembro de 2025, ao passo que esse número havia sido de 991 mil em 2024 [1]. Esse marco foi celebrado pelas autoridades bolivianas. Para Ruiz, o resultado foi fruto do trabalho coordenado entre o governo nacional, os governos subnacionais e outras organizações. Em suas palavras, “esse nível de coordenação foi gerado por meio de 127 reuniões que tivemos com governos, municípios, universidades, setores produtivos, plataformas ambientais, cooperação internacional e ONGs para chegar a uma solução” [2].

Ainda segundo o ministro, desde março a Bolívia tem utilizado o *Plan de Prevención y Lucha contra Incendios*, estruturado em três fases: prevenção e combate ao fogo, reflorestamento e financiamento climático. Ruiz destacou a presença do *Grupo de Expertos en Fuegos Forestales de Latinoamérica y el Caribe* (GEFF LAC), ator essencial no compartilhamento de conhecimentos e no planejamento de ações conjuntas de combate aos incêndios florestais. Além disso, agradeceu o apoio do Japão, que doou equipamentos para auxiliar nas ações de prevenção [2]. Apesar dos avanços, é importante destacar que a Bolívia ainda apresenta focos de calor, com oito regiões com incêndios ativos (mesmo que controlados), inclusive em áreas protegidas. Segundo Sergio Ortiz, técnico de monitoramento do *Servicio Nacional de Áreas Protegidas* (SERNAP), “temos 1.024 focos de calor em Santa Cruz, 274 em Beni, 62 em Oruro, 18 em Tarija, 8 em Cochabamba, 6 em La Paz, 1 em Pando e 1 em Potosí, somando um total de 1.415 focos de calor em todo o território nacional” [1].

Além disso, no dia 1º de outubro, celebrou-se o *Día Nacional del Árbol* na Bolívia. Em seu discurso, o então presidente Arce destacou a necessidade de refletir sobre a crise climática. Em suas palavras, “frente ao desinteresse dos países desenvolvidos, que têm as maiores responsabilidades históricas pela crise climática, é nosso dever somar esforços para proteger a nossa Madre Tierra. Cada ação conta para proteger os pulmões

verdes do planeta” [3]. Em celebração à data, o Exército boliviano iniciou a campanha de reflorestamento “*Dejando huellas verdes*”, com o objetivo de plantar mais de 100.000 mudas em todo o território nacional. Paralelamente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Nacional (Fonabosque) realizou atividades e palestras voltadas à sociedade civil, convidando-a a refletir sobre a importância da preservação das árvores [3].

No início do mês, Arce viajou ao Brasil para ter uma reunião bilateral com o seu homólogo, Luiz Inácio Lula da Silva. A visita teve como objetivo fortalecer os laços estratégicos entre os países, especialmente em projetos fronteiriços, energéticos, comerciais, de investimento, entre outros. Além disso, os presidentes dialogaram também sobre os desafios ambientais diante da crise climática global e destacaram a necessidade de ação conjunta nos fóruns internacionais [4].

Também na agenda internacional, aconteceu o *IV Simposio Internacional de Aguas Transfronterizas en América Latina y Caribe*, no dia 9 de outubro, que marcou o lançamento do projeto “*Gestión Integrada de los Recursos Hídricos en la Cuenca Transfronteriza del Río Bermejo*”, entre Bolívia e Argentina. Marissa Magnani, diretora geral dos Limites e Águas Internacionais da chancelaria boliviana, destacou que esse projeto “marca um novo rito na cooperação bilateral para a gestão sustentável dos recursos híbridos compartilhados” [5].

O projeto conta com financiamento internacional do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e contará com cinco objetivos: 1) fortalecimento da COBINABE; 2) criação de um Sistema de Gestão de Informação Geográfica da Bacia do Bermejo; 3) desenvolvimento de módulos de capacitação em Gestão Integrada dos Recursos Hídricos; 4) implementação de redes de monitoramento de erosão e águas subterrâneas; e 5) avaliação dos recursos hídricos subterrâneos, essenciais no contexto de adaptação às mudanças climáticas. O projeto também pretende promover a participação social e a educação ambiental, envolvendo atores locais, instituições públicas e organizações da sociedade civil na gestão sustentável dos recursos hídricos [5].

Referências

[1] Disponível em: https://www.vision360.bo/noticias/2025/10/21/33738-en-bolivia-se-registran-1415-focos-de-calor-y-ocho-incendios-activos?utm_source=chatgpt.com

[2] Disponível em: https://www.abi.bo/index.php/noticias/sociedad/70214-bolivia-reduce-drasticamente-el-impacto-de-los-incendios-forestales-de-10-millones-a-medio-millon-de-hectareas-afectadas-informa-el-ministro-ruiz?utm_source=chatgpt.com

[3] Disponível em: https://abi.bo/index.php/component/content/article/37-notas/noticias/sociedad/69241-dia-del-arbol-arce-instara-sumar-esfuerzos-para-proteger-la-madre-tierra-y-el-ejercito-planta-100-000-plantines?utm_source=chatgpt.com

[4] Disponível em: <https://larazon.bo/nacional/2025/10/06/arce-y-lula-acuerdan-fortalecer-proyectos-bilaterales-e-integracion/>

[5] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/10/09/23052/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O principal evento político relacionado à Amazônia neste mês não envolveu nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nem o Ministério de Relações Exteriores, mas foi marcado pela reação de múltiplas autoridades políticas e entidades. Tratou-se da concessão, pelo IBAMA, da licença de prospecção de petróleo à Petrobras, na Foz do Amazonas, em 20 de outubro. A empresa foi autorizada a perfurar o primeiro poço em águas profundas na região, batizado de Morpho e localizado a uma 175 km da costa do Amapá. A atividade de perfuração foi iniciada no mesmo dia pela Petrobras. O processo de licenciamento do poço levou quase cinco anos e vinha sendo marcado por embates entre setores do governo Lula 3 desde 2023, com apoio explícito do presidente da República em favor da autorização. O bloco 59 da bacia Foz do Amazonas, onde o poço será perfurado, foi leiloado pela União à Petrobras em 2013 [1].

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, comandado por Marina Silva, apoiadora do abandono de combustíveis fósseis para o combate das mudanças climáticas, limitou-se a declarar que a licença resultou de um processo rigoroso de análise ambiental [1]. O presidente do IBAMA, Rodrigo Agostinho, explicou que a licença saiu após a simulação de um acidente de vazamento na região que durou 3 dias e envolveu mais de 400 pessoas [2]. O líder do governo no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues, e o presidente do Senado, David Alcolumbre, ambos do Amapá, comemoraram a autorização, assim como o governador do estado, Clécio Luís, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira [3]. O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, minimizou os impactos da decisão para os debates sobre transição energética no evento [4].

Por outro lado, uma pesquisa do Datafolha, divulgada em 14 de outubro, mostrou que 61% dos brasileiros acreditam que o governo federal deveria proibir a extração de petróleo na Foz do Amazonas. A porcentagem chegou a 73% entre jovens de até 24 anos. A pesquisa foi feita com entrevistados de 16 anos ou mais, de forma presencial, em 112 municípios de todas as regiões do país, entre 8 e 9 de setembro [5]. Em reação crítica à autorização do IBAMA, o Observatório do Clima, o Painel Científico para a Amazônia, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e outras organizações da sociedade civil anunciaram que judicializarão a decisão, alegando que ela teve ilegalidades e falhas técnicas, além de estar em descompasso com decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Internacional de Justiça sobre as responsabilidades dos Estados na proteção do clima global [6].

No que toca o desmatamento da Amazônia Legal, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) anunciou, no dia 30, que a região registrou a 3ª menor taxa (11%) desde 1988, na comparação entre julho/2025 e agosto/2014, e que a área desmatada (5.796 km²) foi a menor desde 2014. O aumento da fiscalização contra desmatamentos ilegais, em articulação com prefeituras, foi destacado pelo governo federal como uma medida importante para o resultado [7]. Por sua vez, no tema da segurança, um relatório divulgado, no dia 28, pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), feito em parceria com o Departamento Nacional de Inteligência da Colômbia, alertou que as organizações criminosas brasileiras Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital estão aumentando negócios conjuntos com facções colombianas, como narcotráfico, tráfico humano, mineração de ouro e lavagem de dinheiro. Os órgãos citam a região da Tríplice Fronteira entre Tabatinga (Brasil), Leticia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) como área de atenção [8].

Referências

- [1] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/10/20/petrobras-obtem-licenca-do-ibama-para-explorar-petroleo-na-foz-do-amazonas/>
- [2] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/esperar-cop-para-liberar-foz-do-amazonas-seria-hipocrisia-e-repetiria-bolsonaro-diz-presidente-do-ibama.shtml>
- [3] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/lider-do-governo-comemora-autorizacao-para-explorar-petroleo-na-foz-do-amazonas.shtml>
- [4] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/10/23/liberacao-para-explorar-petroleo-nao-muda-negociacoes-na-cop30-diz-presidente-designado.htm>

[5] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/maioria-dos-brasileiros-quer-que-lula-proiba-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas-diz-datafolha.shtml>

[6] Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/10/21/sociedade-civil-vai-judicializar-licenca-por-ilegalidades.ghtml>

[7] Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/10/30/brasil-desmatamento.ghtml>

[8] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/10/cv-e-pcc-negociam-com-grupos-colombianos-compra-e-transporte-de-drogas-na-amazonia-diz-abin.shtml>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 8 de outubro, o principal órgão de estudos ambientais do governo colombiano, o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM), anunciou que os alertas de desmatamento na Amazônia colombiana caíram 16% entre abril e junho de 2025, em relação ao mesmo período de 2024 [1]. Trata-se da segunda menor taxa trimestral em cinco anos. A ministra do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, Irene Vélez Torres, afirmou que “este é um resultado que nos enche de esperança” e atribuiu a melhora à combinação entre decisão estatal, engajamento comunitário e esforços de restauração e conservação. Apesar da queda geral, Vélez Torres destacou que ainda persistem aumentos em departamentos como Guaviare e Putumayo, alertando que o desafio da proteção florestal permanece.

Reforçando as políticas contra o desmatamento, em 23 de outubro de 2025, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia anunciou a extensão do programa Conservar Paga até dezembro de 2026 [2]. O programa, que está completando um ano de duração, fornece incentivos econômicos para famílias que protegem áreas de florestas amazônicas. Cerca de 9 mil famílias, responsáveis pela conservação de aproximadamente 350 mil hectares em regiões como Meta, Guaviare, Caquetá e Putumayo, serão beneficiadas. Justificando a extensão do programa, dados do IDEAM apontam para o cumprimento de 98% dos compromissos firmados pelas famílias que participam da política. Além disso, alinhado ao discurso do presidente Gustavo Petro de fortalecer economias locais, o Conservar Paga atende, em sua maioria (95%), comunidades campesinas, indígenas e negras [2].

Já em 28 de outubro de 2025, o governo colombiano anunciou que manterá suas três propostas globais para enfrentar a crise climática na COP30: 1) reconhecer a

biodiversidade como solução climática; 2) eliminar gradualmente o uso de combustíveis fósseis; 3) e propor uma reforma do sistema financeiro internacional que alivie o peso da dívida dos países do Sul Global [3]. O presidente Petro e a ministra interina Irene Vélez Torres destacaram que a Colômbia buscará articular uma posição comum dos países latino-americanos e amazônicos durante a conferência, que acontece entre os dias 10 e 21 de novembro, em Belém do Pará, no Brasil.

Também em 28 de outubro de 2025, um relatório conjunto da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e da Direção Nacional de Inteligência da Colômbia revelou que as facções criminosas brasileiras Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) formaram alianças com grupos criminosos colombianos para operar em áreas de floresta compartilhadas entre os dois países, na região amazônica. Segundo a investigação, as redes atuam no tráfico de drogas, na mineração ilegal e no contrabando de migrantes, utilizando rotas fluviais da Amazônia Compartilhada, especialmente o rio Solimões. O relatório alertou que o avanço dessas organizações representa risco crescente à segurança e à integridade ambiental na região.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/alertas-de-deforestacion-en-la-amazonia-cayeron-16-en-segundo-trimestre-de-este-ano/>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-amplia-hasta-2026-el-programa-conservar-paga-para-proteger-la-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/rumbo-a-la-cop30-colombia-lidera-tres-iniciativas-para-hacer-frente-a-la-crisis-climatica/>
- [4] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/abin-aponta-alianca-de-pcc-e-cv-com-grupos-colombianos-no-trafico-de-drogas/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Um relatório do jornalista investigativo Franklin Vargas, publicado em 19 de outubro de 2025, denunciou a escalada da mineração ilegal na província de Napo, na Amazônia equatoriana. A atividade, impulsionada por um lucrativo mercado de escavadeiras não registradas – com importações superiores a 500 milhões de dólares entre 2017 e 2024 –, já devastou mais de 1.400 hectares de floresta [1]. A operação é facilitada pela corrupção, com autoridades locais acusadas de integrarem estruturas criminosas (algo denunciado pela procuradora-geral do Equador à Assembleia Nacional desde 2022).

Apesar de operações pontuais, como a apreensão de 148 máquinas em 2022, a extração ilegal persiste de forma visível e organizada, utilizando mercúrio e consumindo grandes volumes de água, enquanto gera violência e transforma a economia local. O relatório foi elaborado a partir de dados públicos do Banco Central do Equador e do Serviço Aduaneiro do país, comparando valores declarados como explorados com valores efetivamente exportados pelas empresas do país.

Além disso, o mês foi marcado por diversas ações de cooperação internacional. Entre os dias 20 e 21 de outubro, o Ministério do Ambiente e Energia (MAE) liderou a quarta reunião ordinária da Mesa de Trabalho REDD+, um espaço de diálogo intersetorial que reúne representantes de povos, nacionalidades, sociedade civil, academia e setor empresarial para dar seguimento ao plano de ação destinado a reduzir as emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação florestal. Durante o encontro, foram analisados os avanços do primeiro ano de trabalho e revisada a construção participativa do Plano de Distribuição de Benefícios, que visa canalizar recursos para atores territoriais que contribuem para as metas desta política climática [2].

No dia 21 de outubro, foi anunciado que o Equador, juntamente com o Brasil, apresentou suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) revisadas para a COP30 [3]. Os dois foram os únicos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) que apresentaram as NDCs atualizadas. No Equador, a promessa é a de reduzir 7% das emissões até 2035, tendo como referência o ano de 2010, e reduzir 8% em todos os setores da economia, com apoio de financiamento internacional.

No dia 28, durante o V Congresso Mundial de Reservas de Biosfera da UNESCO, realizado na província de Zhejiang, na China, lideranças equatorianas compartilharam experiências de gestão de Reservas de Biosfera (MAB¹) e resultados parciais do Projeto Amazonía, apoiado pela UNESCO e financiado pelo conglomerado LVMH em parceria com o grupo *For Amazon Sustainability* (FAS) [4]. Na mesa intitulada *El poder de las iniciativas locales en la transformación de las Reservas de Biosfera de la Amazonía*, os participantes apresentaram dados sobre as ações de conservação do bioma e cooperação entre lideranças comunitárias e autoridades governamentais.

O Equador também foi representado no evento *Jóvenes MAB* por meio de lideranças juvenis de Galápagos e Yasuní, que compartilharam suas visões sobre a

¹ O Programa sobre o Homem e a Biosfera (MAB, *Man and the Biosphere Programme*) da UNESCO é um painel científico intergovernamental que combina Ciências Naturais e Sociais cujo objetivo é estabelecer uma base científica para melhorar a relação entre as pessoas e seu entorno.

formação de redes locais e nacionais comprometidas com a sustentabilidade. Um dos resultados do congresso foi a apresentação do Plano de Ação Estratégico de Hangzhou 2026-2035, que definirá os próximos passos para a consolidação de soluções sustentáveis que fortaleçam a governança das Reservas, a cooperação internacional, a pesquisa científica aplicada e integrem biodiversidade, cultura e bem-estar. Ao final, o Equador foi escolhido como a sede do próximo Congresso Ibero-MAB em 2026.

Entre os dias 22 e 28 de outubro, o Ministério do Ambiente e Energia, com o apoio da WWF Ecuador e do INABIO, executou com sucesso a Expedição RAMSAR 2025 de *Monitoreo de Delfines de Río* no complexo de Cuyabeno-Lagartococha-Yasuní [5]. A ação teve como objetivo recolher informação científica atualizada sobre o estado das populações do boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*) e do pirajaguara (*Sotalia fluviatilis*), bem como das condições dos seus habitats, para orientar futuras ações de conservação e implementar o Plano Nacional de Ação para estas espécies.

No dia 29, líderes ambientalistas e representantes do setor produtivo com foco em sustentabilidade validaram a Nota Conceitual sobre Transição Ecológica, iniciativa impulsionada pelo Projeto Equador Verde, financiado pelo *Global Gateway* da União Europeia e implementado pelo PNUD com o apoio do MAE [6]. O documento conceitualiza a Transição Ecológica no Equador, fornecendo princípios e definições consistentes com a realidade do país, além de promover ciclos de formação e workshops.

No dia 30 de outubro, mais de 70 mil pessoas reuniram-se na cidade de Cuenca para o festival “Cuenca Natural Flow”, um evento que uniu cultura e conservação ambiental para sensibilizar a população sobre a importância dos páramos. Como parte da iniciativa, cada participante comprometeu-se a plantar uma espécie nativa, totalizando 70 mil novas plantas para fortalecer estes ecossistemas [7]. Na ocasião, o MAE anunciou a criação da Área Protegida Comunitaria Virgen del Rosario, no Azuay, com 2.175 hectares, a declaração de 312 hectares do Bosque Protector La Josefina e a formação do *Comité Nacional de Coordinación de Reservas de Biosfera* do Equador.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/el-paraiso-de-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-3501133>

[2] Disponível em: <https://www.ambienteyenergia.gob.ec/el-mae-fortalece-el-dialogo-intersectorial-y-la-participacion-de-pueblos-y-nacionalidades-en-la-cuarta-reunion-de-la-mesa-de-trabajo-redd/>

[3] Disponível em: <https://www.alemdaenergia.engie.com.br/brasil-e-equador-atualizam-metas-climaticas-para-a-cop30/>

[4] Disponível em: <https://www.unesco.org/es/articles/ecuador-comparte-avances-del-proyecto-amazonia-en-el-v-congreso-mundial-de-reservas-de-biosfera-de>

[5] Disponível em: <https://www.ambienteyenergia.gob.ec/gobierno-nacional-promueve-acciones-de-conservacion-en-la-amazonia-mediante-la-expedicion-ramsar-para-proteger-los-delfines-de-rio/>

[6] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/actores-del-sector-productivo-y-ambiental-construyen-nota-conceptual-de-transicion-ecologica>

[7] Disponível em: <https://www.ambienteyenergia.gob.ec/cuenca-natural-flow-convoca-a-mas-de-70-mil-personas-en-un-festival-por-la-conservacion-de-los-paramos/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Tensões internacionais no Mar do Caribe vêm aumentando desde, pelo menos, agosto de 2025, afetando diretamente a Guiana. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, autorizou o envio de navios de guerra em direção à costa da Venezuela, justificando a ação como uma medida contra o crime transnacional, em uma ameaça explícita à soberania venezuelana [1][2]. Em reação, no dia 1º de outubro, Irfaan Ali, presidente da Guiana, deu uma entrevista em que afirmou que a presença crescente dos Estados Unidos na região deveria ser tratada com cautela e não com entusiasmo [3].

A questão possui ligações com a Guiana devido às tensões fronteiriças que o país possui com a Venezuela. A região de Essequibo é reivindicada por ambos os países — Guiana e Venezuela —, e o litígio é constantemente evidenciado pelos dois governos. Movimentações militares nas fronteiras já foram realizadas por ambos, mas nenhum confronto aberto foi iniciado. O governo da Guiana, cujo poder bélico é muito inferior ao da Venezuela, percebe as declarações de Maduro como uma ameaça real à soberania do país. A região de Essequibo corresponde a 2/3 do território da Guiana e é detentora de grandes reservas de petróleo, cuja exploração econômica tornou-se o principal motor de acumulação da Guiana e implica uma concorrência direta com as exportações venezuelanas da matéria-prima [4].

Outro fator no imbróglio é que a empresa que lidera o consórcio de extração de hidrocarbonetos é a *ExxonMobil*, uma transnacional estadunidense. Essa combinação de elementos, somado ao fato da intervenção histórica que os Estados Unidos têm no continente americano e a disputa por influência geopolítica com a China, principalmente, intensifica um cenário de aproximação entre Estados Unidos e Guiana. A grande potência apresenta-se como grande apoiadora da integridade territorial da Guiana, resultando em

aumento de cooperação militar entre os dois países e elevando a presença militar dos EUA na América do Sul, por terra e por mar.

A declaração de Irfaan Ali pedindo cautela com a presença militar estadunidense desmente suposições de que há um “alinhamento inequívoco” da Guiana com os Estados Unidos. Entretanto, a complexidade da situação e as potencialidades limitadas da Guiana acabam fazendo com que o país se encontre em uma situação de poucas escolhas. A responsabilidade parcial que a Guiana pode ter em relação ao avanço estadunidense no Mar do Caribe é produto de um emaranhado de elementos que constituem o tema e não, necessariamente, de uma convicção política ou uma apologia ao imperialismo estadunidense [4][3].

Referências

- [1] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/em-tensao-com-venezuela-eua-enviarao-porta-avioes-america-do-sul>
- [2] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2025/08/28/tensoes-entre-eua-e-venezuela-aumentam-com-chegada-de-navios-de-guerra-ao-sul-do-caribe.amp.htm>
- [3] Disponível em: <https://caribbeannewsglobal.com/president-ali-calls-for-open-dialogue-on-growing-us-naval-presence-in-the-caribbean/>.
- [4] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/may/02/venezuela-election-un-ruling-essequibo-guyana>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

O mês de outubro foi marcado pela intensificação da agenda climática peruana, com destaque para os preparativos do país rumo à COP30, em Belém do Pará, no Brasil. Tanto o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) quanto o Ministério das Relações Exteriores (MRE) concentraram esforços em fortalecer ações de cooperação internacional e destacar os avanços nacionais no enfrentamento das mudanças climáticas e na proteção da Amazônia.

No âmbito do MRE, diversas iniciativas reforçaram o papel do Peru como um ator de relevância regional em temas ambientais e de integração amazônica. Em 3 de outubro, a chancelaria reafirmou o compromisso do país em combater as mudanças climáticas e anunciou que Lima sediará uma próxima sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU [1]. O novo chanceler peruano, Javier González-

Olaechea de Zela, destacou a importância de a COP30 ser realizada na Amazônia e a urgência de acelerar as ações climáticas com base na responsabilidade compartilhada, alertando para a vulnerabilidade dos ecossistemas amazônicos e dos povos que neles vivem [2].

Poucos dias depois, em 9 de outubro, os chanceleres de Peru e Equador reafirmaram o compromisso com a cooperação fronteiriça em áreas como segurança, saúde e meio ambiente, reforçando a importância da gestão compartilhada da Amazônia [3]. Em 10 de outubro, durante as comemorações dos 50 anos de cooperação técnica com o Brasil, o MRE destacou a relevância da agenda bilateral e a necessidade de ampliar projetos conjuntos em meio ambiente, saúde e desenvolvimento social [4].

No dia 16 de outubro, a chancelaria peruana participou, por meio do embaixador nos Emirados Árabes Unidos, do Congresso Mundial da Natureza da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em um painel sobre delitos ambientais. Na ocasião, foram ressaltados os impactos do tráfico de vida silvestre e da mineração ilegal na região amazônica [5]. Já em 21 de outubro, a chancelaria e o Governo Regional de Tumbes coordenaram ações conjuntas para promover o desenvolvimento e a integração fronteiriça, com foco na sustentabilidade e na infraestrutura verde [6].

O MINAM, por sua vez, desempenhou papel central na articulação técnica e política da agenda ambiental peruana. Em 1º de outubro, o ministério sediou um diálogo ambiental com 33 países da América Latina e do Caribe, voltado à construção de posições comuns sobre financiamento climático e combate às mudanças climáticas [7]. Em 3 de outubro, o Peru e o Brasil reforçaram sua cooperação climática bilateral em um encontro técnico realizado em Lima, com vistas à COP30. As delegações discutiram mecanismos de financiamento e de compensação, além de estratégias conjuntas de mitigação de emissões e de promoção da justiça climática [8]. Ainda no início do mês, o MINAM promoveu importantes consensos regionais, como o acordo ambiental latino-americano e caribenho firmado ao final de um encontro multilateral que contou com a presença de ministros e especialistas de toda a região [9].

Entre 27 e 30 de outubro, o Peru foi sede do principal encontro científico mundial sobre mudanças climáticas, reunindo pesquisadores e formuladores de políticas públicas para debater soluções baseadas na ciência [10]. Durante o mesmo período, o MINAM destacou os avanços científicos das instituições peruanas na formulação de políticas climáticas, ressaltando o papel de centros de pesquisa vinculados à pasta na produção de

dados e indicadores que subsidiam ações nacionais de mitigação e adaptação [11].

No fim do mês, em preparação para a COP30, o ministério apresentou uma proposta sobre financiamento associado aos riscos e danos climáticos, buscando atrair recursos internacionais para projetos de adaptação e resiliência em territórios vulneráveis [12]. A vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico de Recursos Naturais, Raquel Soto, enfatizou que uma parte considerável do território peruano é composta por ecossistemas altamente sensíveis às mudanças do clima e defendeu uma coordenação multisectorial e uma visão comum entre os setores do Estado para enfrentar esses desafios.

O ministério também apresentou, em coletiva de imprensa, as soluções concretas que o país levará à COP30 — com ênfase no multilateralismo como ferramenta para combater a crise climática, na valorização dos conhecimentos indígenas, na restauração de ecossistemas e na promoção de bionegócios sustentáveis [13]. Entre as ações concretas apresentadas pelo MINAM, destacam-se o Fundo de Bosques Tropicais, o Registro Nacional de Medidas de Mitigação, o programa REDD+ e o AdaptAcción, todos voltados à conservação ambiental, à proteção dos povos indígenas e ao combate à crise climática [14].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1257804-cancilleria-reafirma-compromiso-climatico-y-anuncia-proxima-sesion-del-ipcc-en-lima>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1274924-canciller-de-zela-exhorta-a-actuar-con-urgencia-y-responsabilidad-para-acelerar-la-accion-climatica-en-inauguracion-del-ipcc>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1261390-cancilleres-de-peru-y-ecuador-reafirman-compromiso-de-cooperacion-fronteriza-en-seguridad-salud-y-medio-ambiente>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1262090-cancilleria-peruana-conmemora-50-anos-de-cooperacion-tecnica-entre-el-peru-y-brasil>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1265161-peru-participo-en-panel-internacional-sobre-delitos-ambientales-en-el-congreso-mundial-de-la-naturaleza-de-la-uicn>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1269927-cancilleria-y-gobierno-regional-de-tumbes-coordinan-acciones-para-fortalecer-el-desarrollo-e-integracion-fronteriza>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1256101-peru-lidera-reunion-y-dialogo-ambiental-con-33-paises-de-latinoamerica-y-el-caribe>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1257426-peru-y-brasil-refuerzan-cooperacion-climatica-en-encuentro-preparatorio-rumbo-a-la-cop30>

[9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1257464-peru-y-paises-de-america-latina-y-el-caribe-logran-importantes-acuerdos-ambientales-para-la-region>

[10] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1273441-peru-sera-sede-del-principal-encuentro-cientifico-mundial-sobre-cambio-climatico>

[11] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1275047-destacan-aportes-cientificos-de-entidades-del-minam-en-las-acciones-nacionales-contra-el-cambio-climatico>

[12] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1275920-peru-prepara-propuesta-sobre-financiamiento-asociado-a-los-riesgos-del-cambio-climatico>

[13] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1275517-peru-llega-a-la-cop30-con-soluciones-concretas-desde-el-territorio-y-con-las-comunidades-frente-a-impactos-del-cambio-climatico>

[14] Disponível em: <https://elheraldo.pe/peru-presentara-en-la-cop30-acciones-concretas-frente-al-cambio-climatico/>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Não foram registradas ações relevantes do Suriname neste mês a respeito da Amazônia. Entretanto, cabem registrar movimentos da política externa do país em relação à China que podem ser indicativos de um aumento de cooperação bilateral, em um momento no qual o país vizinho, a Guiana, inclina-se a uma aproximação com os EUA, conforme registrado neste monitor. Embora tais movimentos não se relacionem expressamente à agenda ambiental, eles tocam em temas que dizem respeito ao desenvolvimento do Suriname e ao envolvimento de potências extrarregionais no futuro da Pan-Amazônia.

No dia 20 de outubro, a *Suriname Chinese United Association* (SCUA) realizou um evento de comemoração do aniversário de 172 anos da imigração chinesa no Suriname, em Paramaribo. A ocasião contou com a presença da presidente do país, Jennifer Geerlings-Simons; do Vice-Presidente, Gregory Ruslan; do Ministro das Obras Públicas e Planejamento Espacial, Steven Tsang; e de outras figuras importantes. O Embaixador da China para o Suriname, Lin Ji, fez um discurso que evidenciou a importância da imigração chinesa para a construção e o desenvolvimento do Suriname. Jennifer Geerlings-Simons também discursou, reconhecendo a importância da imigração chinesa para a formação Estado multicultural que é o Suriname, além de afirmar que o país irá manter e fortalecer as relações com os países de origem dos residentes surinameses, “particularmente a China” [1].

No dia 26 de outubro, Lin Ji, Embaixador da China para o Suriname, publicou um artigo no *De Ware Tijd* — um jornal surinamês — com o seguinte título: *Working Together to Advance the Global Cause of Women*². O texto abordou o fato de que, recentemente, o presidente chinês Xi Jinping compareceu à abertura da cerimônia *Global Women's Summit*³, em Beijing. O presidente chinês anunciou que faria uma doação de US\$ 10 milhões para a *UN Women* e mais US\$ 100 milhões para o Fundo Desenvolvimento Global e Cooperação Sul-Sul destinados à capacitação de mulheres. Na ocasião, Xi propôs quatro propósitos para a causa global das mulheres:

- 1) “Em primeiro lugar, devemos defender uma visão comum, abrangente, cooperativa e sustentável de segurança e salvaguardar a paz mundial. É imperativo fortalecer a proteção de mulheres e meninas em regiões afetadas por conflitos, pobreza e desastres, e aprimorar os mecanismos de combate à violência, de modo a combater resolutamente todas as formas de violência contra as mulheres (tradução nossa).”
- 2) “Em segundo lugar, devemos concentrar-nos em abordar o desequilíbrio e a inadequação do desenvolvimento global das mulheres, garantindo que todas as mulheres possam partilhar os frutos da globalização econômica. Devemos aproveitar o poder da inovação científica e tecnológica para promover o desenvolvimento das mulheres com maior qualidade e ajudá-las a concretizar os seus sonhos e aspirações na grande onda da modernização global (tradução nossa).”
- 3) “Em terceiro lugar, devemos aprimorar as instituições e as leis para garantir que recursos de qualidade em saúde e educação beneficiem todas as mulheres, permitindo que elas desfrutem de seus direitos de forma mais plena e justa. É essencial fomentar um ambiente social inclusivo e harmonioso, ampliar a participação das mulheres na política e nos assuntos públicos e apoiar seu envolvimento ativo na governança nacional e social, para que a igualdade de gênero se torne verdadeiramente um consenso social profundamente enraizado e um código de conduta (tradução nossa).”
- 4) “Em quarto lugar, devemos apoiar as mulheres para que assumam as responsabilidades da atualidade e participem ativamente na governança global, de modo que possam partilhar dos seus resultados. A China apoia o papel central das Nações Unidas, apela a uma maior atenção às necessidades das mulheres nos países em desenvolvimento e está pronta para construir amplas plataformas de cooperação entre mulheres de todas as nações, contribuindo para um mundo de beleza partilhada e prosperidade mútua (tradução nossa).” [2]

O aspecto a se observar desses episódios com a China é compreender como elementos “suaves” podem vir a reforçar alianças de cunho geopolítico e estratégico. Simmons foi a primeira mulher eleita como presidente na história do Suriname. A imigração chinesa é constituinte da história do Suriname e corresponde a uma boa parcela do mercado de trabalho. A dívida do Suriname com a China chega a valores consideráveis. Todos esses elementos se relacionam na explicação desses movimentos diplomáticos, que têm como pano de fundo a disputa geopolítica por hegemonia global entre Estados Unidos e China.

² Trabalhando juntos para promover a causa global das mulheres (tradução nossa).

³ Cúpula Global das Mulheres (tradução nossa).

Referências

- [1] Disponível em: https://sr.china-embassy.gov.cn/eng/sbgxyw/202510/t20251022_11737816.htm
- [2] Disponível em: https://sr.china-embassy.gov.cn/eng/sbgxyw/202510/t20251028_11742016.htm

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Não foram registrados eventos relevantes na Venezuela relacionados à Amazônia em outubro de 2025.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 13 de outubro, o consultor da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Mauro Ruffino, participou do evento “Pré-COP30” do Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil [1]. Na ocasião, ele ressaltou os avanços do Brasil na construção de políticas de adaptação às mudanças climáticas e pontuou a importância da pesca e aquicultura para a segurança alimentar e geração de renda para as comunidades e povos diretamente envolvidos na atividade. Ele acrescentou que o peixe é o indicador de cultura da floresta e que os governos devem pensar em práticas de manejo sustentável dos recursos aquáticos. Essa foi a primeira vez que o tema integrou a agenda principal da COP.

No dia 17, a OTCA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apresentaram o [Programa de Investimento em Bioeconomia Amazônica](#) junto a representantes dos setores público e privado, governos e bancos de desenvolvimento [2]. O objetivo da ação é fortalecer os sistemas agroalimentares e a cadeia regulatória que rege as atividades econômicas da Região Amazônica para evitar o ponto de não-retorno do bioma. O montante, que pode chegar a um total de US\$ 70 milhões, será destinado à criação de ecossistemas digitais, fortalecimento dos bens públicos e ampliação de oportunidades de renda para as comunidades amazônicas. Estima-se que o programa beneficie cerca de 14.500 pessoas.

Durante o lançamento, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, falou sobre o valor das florestas e da cooperação regional e pontuou que investimentos são

necessários. O programa integra as ferramentas de informação e análise geoespacial, biofísica e socioeconômica da Iniciativa Mão a Mão e dialoga com a Declaração de Belém, de 2023, e a Declaração de Bogotá, de 2025, ambas da OTCA. No dia 19, representantes da OTCA participaram do evento “A Sociobioeconomia como Solução Climática do Sul Global – Rumo à COP30” organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Brasília [3]. No encontro, os participantes discutiram a participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais como agentes de conservação dos biomas, o papel da sociobioeconomia e a articulação do Sul Global como estratégia para o fortalecimento da agenda climática à nível internacional.

No evento foi lançada a Declaração Sul–Sul pela Sociobioeconomia como Solução Climática Global, assinada pela Rede de Comunidades Indígenas e Locais para a Gestão Sustentável dos Ecossistemas Florestais na África Central (REPALEAC), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e a LTKL, organização que reúne governos de seis províncias da Indonésia alinhados com o desenvolvimento sustentável. O evento faz parte do Projeto Floresta+ Amazônia financiado pelo Fundo Verde para o Clima (GCF).

No dia 29, a OTCA e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) anunciaram a criação de um pavilhão conjunto na Zona Azul da COP30 [4]. Por meio da parceria, as instituições apresentarão debates em três temas estratégicos: oportunidades vinculadas à mitigação, oportunidades vinculadas à resiliência e adaptação e integração entre clima e biodiversidade. No estande, os participantes da COP30 poderão interagir com os dados gerados pelo Observatório Regional Amazônico (ORA) e informações sistematizadas pela OTCA. Com isso, as organizações esperam conscientizar governos e autoridades sobre o papel da América Latina e do Caribe na agenda de mudanças climáticas.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/mpa-abre-pre-cop-com-foco-no-protagonismo-da-pesca-e-aquicultura>
- [2] Disponível em: <https://www.fao.org/americas/news/news-detail/bioeconomia-amazonica-inversiones-sostenibles/pt>
- [3] Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-sedia-em-brasilia-evento-pre-cop30-sobre-sociobioeconomia>

[4] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-caf-unem-esforços-na-cop30/>